



Câmara dos Deputados

Gabinete Deputado Federal General Pazuello – PL/RJ

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**REQUERIMENTO Nº DE 2025
(DEPUTADO FEDERAL GENERAL PAZUELLO)**

Solicito seja encaminhado Requerimento de Informação ao Ministério de Minas e para que preste a esta CME informações sobre a OPERAÇÃO REJEITO.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, *caput*, da Constituição Federal e dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito o encaminhamento deste Requerimento ao Senhor Ministro de Minas e Energia, para que preste informações sobre a OPERAÇÃO REJEITO, que tem como objetivo desarticular um esquema de corrupção no setor de mineração no estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, solicito de forma detalhada, as seguintes informações:

- 1) Quais os dados preliminares obtidos com a OPERAÇÃO REJEITO até o presente momento (número de mandados de busca e apreensão cumpridos; número de mandados de prisão cumpridos e em aberto; em existindo mandado de prisão em aberto, quais pessoas estão foragidas?);
- 2) Quais valores totais de bens e ativos apreendidos, bloqueados ou sequestrados judicialmente até o presente momento?
- 3) Qual relacionamento do Ministro Alexandre Silveira com os presos Rodrigo de Melo Teixeira (delegado da Polícia Federal, que assumiu o cargo de Diretor de Administração e Finanças na CPRM - Companhia de Pesquisa de



Recursos Minerais —nome fantasia SGB, Serviço Geológico do Brasil), e o advogado Caio Mário Trivellato Seabra Filho (indicado para a ANM - Agência Nacional de Mineração)?

- 4) Existe ou existiu algum relacionamento de caráter pessoal, ou de atividades profissionais entre algum dos envolvidos e o Ministro Alexandre Silveira? Quais?
- 5) Algum dos envolvidos participou de campanhas eleitorais do Ministro Alexandre Silveira?

JUSTIFICAÇÃO

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quarta-feira (17) a Operação Rejeito, contra um suposto esquema de corrupção no setor de mineração em Minas Gerais. A Justiça Federal decretou a prisão de 21 pessoas e bloqueou R\$ 1,5 bilhão dos investigados.

Segundo a Polícia Federal, os alvos respondem pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, e lavagem de dinheiro, além de crimes ambientais e contra a ordem econômica. Estima-se que ao menos 42 empresas foram criadas como fachada para ocultar a origem ilegal dos recursos movimentados pela organização e para fazer o pagamento de propinas sem revelar quem eram os seus beneficiários.

Segundo as investigações, a emissão de licenças irregulares e outros atos de interesse da organização criminosa eram feitas mediante o pagamento de propinas.

Pelo exposto, o Ministro de Minas e Energia deve prestar informações a esta Comissão e, ao povo brasileiro, prestando as informações acima.

Desta forma, Prezados Pares, com foco na argumentação exposta e por se tratar de matéria de ordem pública e de extremo interesse desta Comissão de Minas e Energia, solicito sua aprovação ao presente **Requerimento de Informação ao Ministro de Minas e Energia**.

Sala da Comissão, em setembro de 2025.

GENERAL PAZUELLO

Deputado Federal (PL/RJ)

